

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração

(em milhares de reais)

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Desempenho Financeiro

Em 2025 o número de beneficiários atingiu 451.206, redução de 9.309 em relação a 2024. Atualmente a carteira é composta por clientes empresariais (75,4%), individuais (13,8%) e PME (10,8%).

A receita operacional líquida (ROL) totalizou R\$117.742 em 2025 (R\$116.415 em 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações líquidas (nota 17)	125.718	124.931
Cancelamentos (nota 17)	(3.245)	(3.804)
Tributos (nota 17)	(4.731)	(4.712)
ROL	117.742	116.415

As despesas assistenciais tiveram um aumento de 3,7% em 2025 totalizando R\$53.930 (R\$51.981 em 2024). O índice de sinistralidade (despesas assistenciais dividida pela ROL) foi de 45,8% em 2025 (44,7% em 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Corresponsabilidade cedida (nota 17)	(14.900)	(14.588)
Eventos conhecidos ou avisados (nota 18)	(38.838)	(37.174)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(192)	(219)
Custo de serviços	(53.930)	(51.981)

A geração de caixa operacional, medida pelo critério do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) líquida da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), atingiu R\$32.034 em 2025 (R\$34.078 em 2024). A margem (LAJIDA dividido pela ROL) foi de 27,2% em 2025 (29,3% em 2024).

O lucro da Companhia foi de R\$ 22.909 em 2025 (R\$24.412 em 2024).

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição.

Negócios sociais

O BB Dental Social é um produto social, cuja iniciativa da Brasildental visa levar saúde bucal para crianças em vulnerabilidade social, realizado em parceria com a Fundação BB e a FENABB, por meio do Programa AABB Comunidade | Educação para o futuro. 586 crianças foram beneficiadas com mais de 1.000 tratamentos realizados.

Fatos que influenciaram no desempenho

O desempenho comercial no ano apresentou um início abaixo do esperado/orçado, porém deu uma guinada positiva no segundo semestre, refletindo uma recuperação significativa.

Esse movimento foi acompanhado pelo equilíbrio da linha de despesas, com controle efetivo da inadimplência, provisão para

devedores duvidosos (PDD) e da despesa administrativa escalável, contribuindo para a estabilidade financeira da Companhia.

Equidade de Gênero

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a transparência e equidade de gênero, apresentando informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional e evolução dos indicadores de diversidade.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 26 funcionários, sendo 65,4% mulheres.

Mulheres por nível hierárquico	31/12/2025		31/12/2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração	2	50,0%	2	50,0%
Presidência	-	0,0%	-	0,0%
Gerência e Superintendência	1	100,0%	2	100,0%
Supervisão	1	100,0%	1	100,0%
Analista	11	73,3%	11	79,0%
Assistente	2	66,7%	-	0,0%

Proporção da remuneração fixa + variável feminina por nível hierárquico ¹	31/12/2025	31/12/2024
Conselho de Administração	100,0%	100,0%
Presidência	N/A	N/A
Gerência e Superintendência	N/A	N/A
Supervisão	N/A	N/A
Analista	68,5%	76,0%
Assistente	105,0%	N/A

¹Remuneração fixa: salário ou pró-labore; Remuneração variável: bônus, Participação de Resultados e outros. O cálculo considera a média da remuneração feminina em comparação com a média da remuneração masculina.

Perspectivas e planos da Administração para 2026

Para o ano de 2026, a Administração destaca o aumento das vendas diante das oportunidades de mercado identificadas, com foco na expansão da exploração do canal BB e atuação consistente em todos os segmentos de mercado, incluindo atacado, varejo e setor público. Ressalta-se também a relevância do mercado de planos odontológicos como um benefício estratégico para a retenção de talentos nas organizações, reforçando a importância de nosso produto nesse contexto.

Além disso, serão mantidas as iniciativas de gestão da sinistralidade e inadimplência em todas as linhas de negócio, com o objetivo de elevar o ticket médio e a receita operacional, garantindo a manutenção e melhoria dos resultados da Companhia.

Acordos de acionistas

A Companhia é uma Controlada em Conjunto, com a Odontoprev S.A. (25% de participação) junto com a BB Seguros Participações S.A. (75% de participação), para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) 517/2022 da ANS, a Companhia detém um contrato de compartilhamento de risco, junto à rede credenciada da Odontoprev S.A para atendimento aos seus beneficiários.

Conforme o artigo 32º, capítulo VI do Estatuto, a Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente das assembleias gerais e das reuniões do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do artigo 118 da Lei das S.A.

Auditoria Independente

A Brasildental contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para o serviço de auditoria das demonstrações financeiras de 2025, cujos honorários totalizam o valor de R\$171,2 mil.

Barueri, 25 de fevereiro de 2026.
A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Operadora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar demonstrações distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

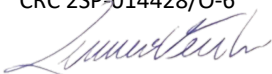
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-014428/O-6



Luciano Agulho Vecchi Contador
CRC 1SP-281259/O-1

Balanco patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		37.019	36.480
Disponível	5	1.968	1.224
Realizável		35.051	35.256
Aplicações Financeiras	6	28.511	28.991
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.769	7.837
Aplicações Livres		19.742	21.154
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	5.793	5.321
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		5.793	5.321
Despesas Diferidas	11.2	366	328
Créditos Tributários e Previdenciários	8	309	80
Bens e Títulos a Receber	9	63	509
Despesas Antecipadas		9	27
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.172	1.220
Realizável a Longo Prazo		1.069	1.176
Ativo Fiscal Diferido	10	1.064	1.176
Depósitos Judiciais e Fiscais		5	-
Imobilizado		90	42
Intangível		13	2
TOTAL DO ATIVO		38.191	37.700

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE		22.609	20.666
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		12.291	11.148
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	11.2	8.756	7.695
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	11.2	3.535	3.453
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		6.268	5.381
Contraprestações / Prêmios a Restituir		2	4
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		168	288
Comercialização sobre Operações		1.168	743
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	12	4.930	4.346
Provisões para Ações Judiciais	15	5	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	1.339	1.786
Débitos Diversos	14	2.706	2.351
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		208	369
Provisões		208	369
Provisões para Ações Judiciais	15	208	369
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.374	16.665
Capital social	16.1	9.500	9.500
Reservas		5.874	7.165
Reservas de lucros	16.2	5.874	7.165
TOTAL DO PASSIVO		38.191	37.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	17	102.842	101.827
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		107.573	106.539
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.731)	(4.712)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(38.920)	(36.796)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	18	(38.838)	(37.174)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	11.2 e 18	(82)	378
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		63.922	65.031
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		191	5
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(3.540)	(3.277)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(192)	(219)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.348)	(3.058)
RESULTADO BRUTO		60.573	61.759
Despesas de Comercialização		(6.834)	(6.244)
Despesas Administrativas	19	(21.278)	(21.245)
Resultado Financeiro Líquido	20	2.994	2.494
Receitas Financeiras		4.166	3.311
Despesas Financeiras		(1.172)	(817)
Resultado Patrimonial		-	(65)
Despesas Patrimoniais		-	(65)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		35.455	36.699
Imposto de Renda e Contribuição Social		(12.007)	(12.498)
Imposto de Renda	21	(8.730)	(9.472)
Contribuição Social	21	(3.165)	(3.432)
Impostos Diferidos	21	(112)	406
Participações sobre o Lucro		(539)	211
RESULTADO LÍQUIDO		22.909	24.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADO LÍQUIDO	22.909	24.412
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	22.909	24.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

(em milhares de reais)

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	120.819	120.517
Resgate de aplicações financeiras	74.760	90.966
Recebimentos de juros de aplicações financeiras (nota 6)	3.941	3.159
Outros recebimentos operacionais	693	1.174
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(53.154)	(51.756)
Pagamentos de comissões	(10.031)	(5.699)
Pagamentos de pessoal	(1.675)	(2.276)
Pagamentos de pró-labore	(1.159)	(948)
Pagamentos de serviços de terceiros	(12.916)	(15.192)
Pagamentos de tributos	(18.334)	(17.493)
Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(186)	(93)
Pagamentos de aluguel	(5)	(6)
Pagamentos de promoção/publicidade	(899)	(433)
Aplicações financeiras	(74.790)	(92.927)
Outros pagamentos operacionais	(1.843)	(2.848)
AUMENTO DE CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.221	26.145
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de ativo imobilizado - outros	-	152
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(76)	-
Pagamentos relativos ao ativo intangível	(12)	(2)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA (GERADO OU APLICADO) EM ATIVIDADES INVESTIMENTOS	(88)	150
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de participação nos resultados	(189)	(889)
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(24.200)	(25.300)
REDUÇÃO DE CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(24.389)	(26.189)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	744	106
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	1.224	1.118
Saldo final	1.968	1.224
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	744	106
Ativos livres no início do exercício	22.378	21.611
Ativos livres no final do exercício	21.710	22.378
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	(668)	767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
31 DE DEZEMBRO DE 2023	9.500	1.900	6.153	-	-	17.553
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.412	24.412
Proposta de destinação do lucro:	16.3	-	(888)	-	(24.412)	(25.300)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(20.800)	(20.800)
Dividendos intermediários	-	-	(4.500)	-	-	(4.500)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	3.612	-	(3.612)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2024	9.500	1.900	5.265	-	-	16.665
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.909	22.909
Proposta de destinação do lucro:	16.3	-	(1.291)	-	(22.909)	(24.200)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Dividendos intermediários	-	-	(3.200)	-	-	(3.200)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	1.909	-	(1.909)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2025	9.500	1.900	3.974	-	-	15.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Araguaia, 2104, 19º andar, conjunto 194 A, Alphaville Industrial – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 12 de março de 2014, tendo obtido registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 14 de julho de 2014.

A Companhia possui como acionistas a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), com 25% e 75% de participação, respectivamente. O controle acionário é conjunto.

	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total
Odontoprev S.A.	50,01	-	25,00
BB Seguros Participações S.A.	49,99	100,00	75,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mediante contrato de associação entre BB Seguros, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A (BB Corretora), Banco do Brasil (BB) e Odontoprev, há o objetivo de, por meio da Brasildental, desenvolver e divulgar, e, por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional. A Odontoprev Serviços Ltda. (Controlada da Odontoprev) é responsável pelo suporte à operação de planos odontológicos da Brasildental, o que compreende atendimento via *call center* e pós venda, desenho de produtos e planos, assessoria jurídica, suporte regulatório e para operações financeiras, contábeis, tecnologia e relatórios gerenciais.

O atendimento aos beneficiários da Brasildental junto à rede credenciada da Odontoprev é suportado por contrato de compartilhamento de risco, de acordo com a RN 517/2022 da ANS e atualizações.

A Brasildental enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a RN nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) em 25 de fevereiro de 2026.

2. Descrição das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS.

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de continuidade de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional) e tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Ativo circulante**2.3.1 Classificação****(a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)**

Caixa corresponde às disponibilidades que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

De acordo com a norma CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a Companhia pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (“*Solely Payments of Principal and. Inertes*”) de acordo com as orientações do CPC 48. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos Financeiros ao custo amortizado (Recebíveis)

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

(d) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e custo amortizado, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida a conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação destas mensurações de acordo com o nível hierárquico destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.3.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

O *impairment* de ativos financeiros garante que os ativos estão adequadamente refletidos no balanço patrimonial de forma que seja reconhecido e provisionado adequadamente perdas esperadas de crédito e reflita seu valor justo e sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento histórico da carteira. As perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.3.5 Despesas de comercialização diferidas (DCD)

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, são valores reconhecidos a título de agenciamento e comissões nos contratos coletivos e individuais, mensais e anuais apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses.

2.4 Ativos e Passivos Não Circulante**2.4.1 Realizável a longo prazo****(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo**

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 10).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas/realizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

2.4.2 Imobilizado (uso próprio)

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas anuais.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos no resultado.

2.5 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.6 Contratos de planos de assistência odontológica: TAP - Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

A Companhia emite contratos de assistência odontológica, assumindo riscos, os quais incluem a frequência de utilização e flutuação dos custos odontológicos. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, na forma da regulação vigente, depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

O último teste foi realizado na data base de 31 de dezembro de 2025 de acordo com os segmentos de negócios da Companhia. Os fluxos foram projetados no horizonte de oito anos adotando premissas em consonância com as exigências da Resolução Normativa nº 528/2022. E, conforme exposto na Nota Técnica do TAP, não apresentou insuficiência ao considerar o somatório dos fluxos de todos os tipos de contratação na data de sua realização, logo, não houve necessidade de ajustes nas provisões constituídas e/ou constituição de provisões técnicas adicionais.

As premissas adotadas correspondem as detalhadas a seguir:

Carteira de Beneficiários

- Tábua biométrica: considerada a Tábuas de Mortalidade BR-EMS, conforme definido em regulamentação. Ademais, foi elaborado um cenário complementar com base na tábua de permanência da BBDental.
- Inclusões: não foram consideradas novas entradas, baseando-se em um cenário de *run-off*.

Contraprestações Pecuniárias

- Reajuste das Contraprestações: Para a projeção das contraprestações pecuniárias individuais/familiares considerou-se como premissa o IPCA projetado pelo BACEN para os próximos 12 meses, correspondente a 4,00%. Para a projeção dos planos coletivos, considerou-se a média dos reajustes aplicados aos contratos coletivos nos últimos 5 anos, por tipo de contratação, obtidos através do “Painel de Reajustes de Planos Coletivos”. Estimou-se o percentual de 4,00% para os planos coletivos empresariais e 1,99% para os planos coletivos por adesão.
- Receitas Médias: Valor médio por tipo de contratação refletido na base do DIOPS - Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde na competência dez/2025, correspondente a R\$ 61,06

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para os planos individuais/familiares, R\$ 17,78 para os planos coletivos empresariais e R\$ 7,40 para os planos coletivos por adesão.

- Tributos: Relação entre o total de tributos diretos de operações de assistência à saúde (Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora) e as receitas de contraprestações (Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos (-) Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência A Saúde) de 12 meses, com base nos balancetes contábeis referentes ao ano de 2025, correspondente a 3,86%.

Despesas Assistenciais

- Sinistralidade: Para a projeção das despesas assistenciais considerou-se a sinistralidade observada nos últimos 12 meses por tipo de contratação, correspondente a 34,60% para os planos individuais/familiares, 47,82% para os planos coletivos empresariais e 377,89% para os planos coletivos por adesão.
- Fluxos de avisos e pagamentos: para a projeção específica dos sinistros ocorridos foram considerados os fluxos de avisos e pagamento refletidos na base de dados gerencial.

Despesas não Assistenciais

- Administrativas: Considerada a média da relação entre as despesas administrativas e as contraprestações efetivas nos últimos 12 meses, correspondente a 17,57%.
- Comerciais: Considerada a média da relação entre as despesas comerciais e as contraprestações em pré-pagamento nos 12 meses, correspondente a 5,58%.

Ressalta-se que a Brasildental mantém contrato de risco cedido com a Odontoprev, responsável pelo atendimento dos beneficiários. Neste contexto, o pagamento da rede credenciada é feito pela Odontoprev, justificando o registro da PESTL nesta empresa. Portanto, na Brasildental o custo da transferência de risco é registrado em “eventos conhecidos prestados por rede indireta”, e a taxa de administração em “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência odontológica - com preço pré-estabelecido”, em contrapartida ao passivo contabilizado em “intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida - preço pós-estabelecido”.

Considerando as premissas supramencionadas e a metodologia detalhada na nota técnica, obteve-se o valor presente dos fluxos descontados. Nesta análise identificou-se que, na totalidade, houve suficiência do resultado projetado. Ao analisar por tipo de contratação identifica-se insuficiência no fluxo dos contratos coletivos por adesão, em função da alta sinistralidade deste grupo, sendo este compensado pelos resultados positivos dos demais grupos.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a insuficiência observada nos contratos de adesão é relativamente pequena diante do fluxo total analisado, não refletindo em grandes riscos futuros para a solvência da Companhia:

Contratação	VPL Total Cenário 1	VPL Total Cenário 2
Adesão	(186)	(168)
Empresarial	27.515	25.734
Individual	94.798	81.316
Total	122.127	106.882

Por fim, a análise frente às provisões atualmente constituídas e às mensalidades futuras estimadas demonstrou que a Brasildental apresentou suficiência no TAP, não sendo identificada a possibilidade de constituição de provisões adicionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

A Companhia constitui mensalmente no passivo circulante:

- (i) **Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG):** calculada "pro rata die" com base nas contraprestações emitidas de contratos pré-estabelecidos, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco (nota 11.2).
- (ii) **Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA):** estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não foram registrados contabilmente pela Companhia (nota 11.2). O cálculo da PEONA foi elaborado com base em metodologia atuarial a partir da estruturação de triângulos de desenvolvimento dos registros de sinistros por ocorrência dos eventos (triângulos de "run off"), que consideram o período de experiência de eventos avisados nos últimos 18 meses.

2.8 Tributos e encargos sociais a recolher

- (i) **IRPJ e CSLL:** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 13 e 21). A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado (notas 13 e 21).
- (ii) **Demais obrigações federais:** composta, principalmente, por Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 4,0% respectivamente, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos (notas 13 e 17).
- (iii) **Obrigações municipais:** corresponde a Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (notas 13 e 17).
- (iv) **Obrigações sociais:** encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (nota 13).

2.9 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos e comissões, que são em sua maioria liquidados mensalmente e reconhecidos pela competência à medida que são emitidas as faturas.

2.10 Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

A Brasildental mantém contrato de risco cedido com a Odontoprev a qual é responsável pelo atendimento dos beneficiários da operadora, sendo que os eventos conhecidos são contabilizados na Odontoprev, observando-se a data de conhecimento e eventuais glosas. O pagamento aos prestadores de serviços de assistência odontológica (rede credenciada de atendimento da Odontoprev formalizada por contrato desta com os prestadores de serviços) é realizado pela Odontoprev, motivo pelo qual o registro da PESL é mantido nessa empresa.

Na Brasildental, o custo de transferência de risco decorrente do atendimento odontológico de seus beneficiários pela Odontoprev é registrada no resultado em "eventos conhecidos prestados por rede indireta" e a taxa de administração é registrada em "contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência a odontológica - com preço pré-estabelecido" (notas 17 e 18) em contrapartida ao passivo "intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida - preço pós-estabelecido", de acordo com o anexo I - Normas Gerais, item 6.2.2 da RN 517/2022 e atualizações. A Odontoprev informa mensalmente à Companhia os atendimentos dos beneficiários e custos incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Débitos diversos

Incluem-se obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios que são classificados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados no passivo não circulante.

Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários), fornecedores de serviços e bens, adiantamentos de clientes, e contas a pagar (nota 14).

2.12 Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia avalia suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, são provisionados 100% dos valores pretendidos (nota 15).

Os processos perante a ANS, aos órgãos de proteção ao consumidor e aos órgãos de classe, seguem a mesma regra de provisionamento acima, onde apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores e na complexidade da causa, são provisionados 100% dos valores envolvidos.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 16.1).

2.14 Reconhecimento das receitas**(a) Contraprestações líquidas**

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-estabelecido apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura (nota 17). As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura de risco ainda não decorrido bem como os contratos cujo a vigência do risco já tenha sido iniciado, estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.7 e 11.2).

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 20).

2.15 Despesas assistenciais

As despesas assistenciais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, junto à conta “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência à saúde”, considerando contrato de compartilhamento de risco existente firmado com a Odontoprev (nota 2.10). Tal contrato garante o atendimento odontológico aos beneficiários da Brasildental, pela Odontoprev, junto a rede credenciada e/ou mediante livre escolha de profissionais (nota 1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Brasildental é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não aprovado em Reunião do Conselho de Administração, é mantido no patrimônio líquido na conta "Dividendo adicional proposto" até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 16.3).

2.17 Normas e interpretações emitidas não vigentes

CPC 51/2025

O CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Contábeis foi aprovado e encontra-se vigente no Brasil. Esta norma inclui requisitos para todas as entidades que aplicam as IFRS para a apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras e substituirá a CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, aplicando-se a um período de relatório anual com início em ou após 01 de janeiro de 2027. A ANS ainda não aprovou esta norma.

Leis Complementares 214 de 16 de janeiro de 2025 e 227 de 13 de janeiro de 2026

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214 instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal, unificando, a partir de 2033, cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão.

Em 13 de janeiro de 2026 foi sancionada a Lei Complementar nº 227 que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto.

A Companhia permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo os impactos de suas revisões reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação do valor justo das aplicações financeiras (nota 6), (ii) avaliação da provisão para perdas sobre créditos (nota 7) e (iii) provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 11.2).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia adota a política de aplicação em fundos de curto prazo obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 alterada pela RN 601/2024 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia está exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, conforme destacado no quadro a seguir:

	31/12/2025	
	SELIC (a.a) ¹	Fundos de investimentos
Aplicações		28.511
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:		Rentabilidade esperada
Provável	12,25%	3.493
Queda 2,0 p.p.	10,25%	2.922
Queda 3,0 p.p.	9,25%	2.637
Elevação 2,0 p.p.	14,25%	4.063
Elevação 3,0 p.p.	15,25%	4.348

¹Baseada no relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (26/12/25)

Os investimentos em fundos são classificados como nível hierárquico 2 (metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado (nota 2.3.3)).

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação.

	31/12/2025		31/12/2024		Ratings das instituições financeiras		
	Valor justo	Rendimento médio % CDI	Valor justo	Rendimento médio % CDI	Fitch	Moody's	S&P
Títulos Públicos Governo Brasileiro	28.511	95,9%	28.991	93,3%	BB	Ba1	BB
	28.511		28.991				

4.1.2 Risco de crédito

Advém de a possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das aplicações financeiras e contraprestações (notas 6 e 7). A Companhia apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.3.4) e monitora periodicamente o nível de suas contas a receber e das instituições financeiras onde mantém suas aplicações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-estabelecido, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Trata-se de ativos e passivos de curto prazo.

4.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Brasildental é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-estabelecido, taxa mensal *per capita*;

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência - rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

Modelo de adesão: integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;

Fatores moderadores de utilização: coparticipação e carências;

Honorários: remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias; e

Material odontológico: valor acrescido à contraprestação de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia mantém contrato com a Odontoprev Serviços Ltda., a qual possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimativa das provisões técnicas e na precificação dos planos odontológicos.

Os contratos coletivos possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

Em 31 de dezembro de 2025 o índice de sinistralidade da Companhia foi de 37,8% (36,1% em 31 de dezembro de 2024) e a margem de contribuição de 55,5% (57,7% em 31 de dezembro de 2024).

	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2025		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%	
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde	102.842	100,0%	102.842	100,0%	102.842	100,0%	101.827	100,0%	101.827	100,0%	101.827	100,0%
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(38.920)	-37,8%	(61.705)	-60,0%	(41.137)	-40,0%	(36.796)	-36,1%	(61.096)	-60,0%	(40.731)	-40,0%
Resultado bruto	63.922	62,2%	41.137	40,0%	61.705	60,0%	65.031	63,9%	40.731	40,0%	61.096	60,0%
Despesas de comercialização	(6.834)	-6,6%	(6.834)	-6,6%	(6.834)	-6,6%	(6.244)	-6,1%	(6.244)	-6,1%	(6.244)	-6,1%
Margem de contribuição	57.088	55,5%	34.303	33,4%	54.871	53,4%	58.787	57,7%	34.487	33,9%	54.852	53,9%
(Redução)/acrécimo em margem			(22.785)	-22,2 p.p	(2.217)	-2,2 p.p			(24.300)	-23,9 p.p	(3.935)	-3,9 p.p

4.3 Riscos legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico".

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 11.1).

4.4 Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes e responsabilidade civil de administradores e diretores, responsabilidade cibernética por violação de segurança e privacidade, etc.

5. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.444	1.075
Numerários em trânsito ¹	524	149
	1.968	1.224

¹ Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado

	Garantidoras de provisões técnicas	Livres	Total
Saldo em 31/12/2023	7.195	20.493	27.688
Aplicações	-	92.927	92.927
(-) Resgates	(112)	(94.671)	(94.783)
Rendimentos	754	2.405	3.159
Saldo em 31/12/2024	7.837	21.154	28.991
Aplicações	-	74.790	74.790
(-) Resgates	(158)	(79.053)	(79.211)
Rendimentos	1.090	2.851	3.941
Saldo em 31/12/2025	8.769	19.742	28.511

Aplicações garantidoras de provisões técnicas: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa dedicado ANS em garantia ao saldo integral da PEONA, mensurados com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM).

Aplicações livres: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa BB Institucional RF mensurados com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), sendo classificadas no ativo circulante.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)

	31/12/2025	31/12/2024
Coletivo	499	1.863
Individual	5.285	3.433
Contraprestações pecuniárias	5.784	5.296
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	9	25
Total de créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.793	5.321
Faturas, notas de débito, operadoras e seguros	7.001	6.893
Provisão para perdas sobre créditos	(1.208)	(1.572)
Total de créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.793	5.321

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.462	2.040
Vencidos:		
Até 30 dias	1.244	1.233
De 31 a 60 dias	930	880
De 61 a 90 dias	915	818
Acima de 91 dias	2.450	1.922
Total de vencidos	5.539	4.853
Total a vencer e vencidos	7.001	6.893
Provisão para perdas sobre créditos	(1.208)	(1.572)
Total	5.793	5.321

8. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ ¹	90	1
CSLL ¹	80	48
IRRF ²	139	31
	309	80

¹ Refere-se, principalmente, por antecipações de anos anteriores

² Refere-se, principalmente, ao resgate de aplicação financeira realizada pela companhia em novembro de 2025.

9. Bens e títulos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a funcionários	51	84
Adiantamentos a fornecedores ¹	4	102
Demais créditos a receber	8	323
	63	509

¹A redução refere-se, principalmente, à liquidação de despesas relacionadas a assistência médica e manutenção de sistemas de informática.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

Diferenças temporárias	Expectativa de realização	Nota	31/12/2024	Efeito no resultado	31/12/2025
Provisão para perda sobre créditos	até 12 meses	7	534	(123)	411
Provisões para ações judiciais curto prazo	até 12 meses	15	-	2	2
Provisões para ações judiciais longo prazo	após 12 meses	15	125	(54)	71
Provisão para participações nos resultados	até 12 meses	-	89	15	104
Provisões diversas	até 12 meses	-	428	48	476
IRPJ/CSLL diferidos			1.176	(112)	1.064
Imposto de renda diferido (IRPJ)			865	(103)	762
Contribuição social diferida (CSLL)			311	(9)	302
IRPJ/CSLL diferidos			1.176	(112)	1.064

11. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

11.1 Recursos próprios mínimos

- (a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.
- (b) O capital baseado em riscos (CBR) é a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.
- (c) Capital Regulatório (CR) é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital
- (d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.
- (e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (f) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais preços de *commodities* e preços de imóveis.

Cálculo PMA, PLA, MS e S		
Descrição:	31/12/2025	31/12/2024
Capital de referência	12.328	11.702
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	398	378
Patrimônio líquido contábil	15.374	16.665
Despesas de comercialização diferidas	(366)	(328)
Despesas antecipadas	(9)	(27)
Intangível	(13)	(2)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	14.986	16.308
Capital Baseado em Risco (CBR)²	12.562	12.650
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR)	2.424	3.658

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 569/2022.

²O valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN 569/2022.

11.2 Movimentação das despesas diferidas e provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	DCD	PPCNG	PEONA
Saldo em 31/12/2023	136	6.529	3.831
Constituição	2.344	122.293	-
Apropriação	(2.152)	(121.127)	-
Variação de PEONA (nota 18)	-	-	(378)
Saldo em 31/12/2024	328	7.695	3.453
Constituição	5.680	123.534	-
Apropriação	(5.642)	(122.473)	-
Variação de PEONA (nota 18)	-	-	82
Saldo em 31/12/2025	366	8.756	3.535

12. Operadoras de planos de assistência à saúde

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	4.346	4.340
Corresponsabilidade cedida (nota 17)	14.900	14.588
Eventos conhecidos ou avisados (nota 18)	38.838	37.174
Eventos pagos	(53.154)	(51.756)
Saldo final	4.930	4.346

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos e encargos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar	826	1.281
IRPJ	586	916
CSLL	240	365
Demais obrigações federais	397	386
COFINS	161	186
PIS	22	26
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	46	35
IRRF	67	66
Outras	5	-
Encargos a recolher (obrigações sociais)	96	73
Obrigações fiscais municipais	116	119
	1.339	1.786

14. Débitos diversos

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões diversas	122	-
Suporte TI e atendimento	102	-
Serviços	14	-
Ações de Marketing	6	-
Créditos a identificar¹	55	115
Salários, férias e honorários	708	499
Fornecedores de bens e serviços	1.323	1.333
Odontoprev Serviços (nota 22)	748	726
Outros	575	607
Outros	498	404
	2.706	2.351

¹Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados e que não ultrapassam o período de 365 dias.

15. Provisões para ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, os valores relativos à perda provável na Companhia totalizaram: (i) R\$60 - 09 processos cíveis (R\$27 - 05 processos em 2024) e (ii) R\$153 - 02 processos administrativos (R\$342 - 04 processos em 2024).

Os processos relativos à perda possível, em 31 de dezembro de 2025, são:

(a) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 02 processos judiciais fiscais (02 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$938 (R\$1.046 em 31 de dezembro de 2024), os quais não são provisionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 03 processos judiciais trabalhistas (0 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$570 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024), os quais não são provisionados.

(c) Cível e Administrativo

(i) Cível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 23 processos judiciais de natureza cível (31 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$352 (R\$314 em 31 de dezembro de 2024), os quais não são provisionados.

(ii) Administrativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 10 processos administrativos no âmbito da ANS (05 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$755 (R\$239 em 31 de dezembro de 2024), por supostas infrações regulatórias que são objeto de discussão, os quais não são provisionados.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

	31/12/2025	31/12/2024
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	9.500	9.500
Número de ações, sem valor nominal (qtd. ações)	380.000	380.000
Ações ordinárias	190.000	190.000
Ações preferenciais	190.000	190.000
Preço de emissão (R\$/ação)	25,00	25,00

16.2 Reservas de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	1.900	1.900
Reserva de retenção de lucros	3.974	5.265
	5.874	7.165

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Limite de constituição da Reserva legal	
Capital social	9.500
(%) Limite de constituição	20
Limite reserva legal	1.900
Movimentação da Reserva legal	
Saldo em 31/12/2024	1.900
Constituição em 2025	-
Saldo em 31/12/2025	1.900

Reserva de retenção de lucros: constituída nos termos da Lei 6.404/1976 após destinação da reserva legal e dividendos obrigatórios.

16.3 Distribuição do resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	22.909	24.412
(%) Percentual dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	11.455	12.206
Dividendos intercalares pagos	21.000	20.800
Excedente ao mínimo obrigatório	(9.546)	(8.594)
Dividendo mínimo obrigatório	11.455	12.206
Destinação:		
Constituição reserva de retenção de lucros	1.909	3.612

17. Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	125.718	124.931
Corresponsabilidade cedida (nota 12)	(14.900)	(14.588)
Contraprestações canceladas ou restituídas	(3.245)	(3.804)
Receitas com operações de assistência a saúde/contraprestações líquidas	107.573	106.539
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(4.731)	(4.712)
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde	102.842	101.827

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Eventos conhecidos ou avisados (nota 12)	(38.838)	(37.174)
Variação da PEONA (nota 11.2)	(82)	378
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	(38.920)	(36.796)

19. Despesas administrativas

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(4.408)	(3.872)
Serviços terceiros ¹	(14.104)	(15.103)
Localização e funcionamento	(1.768)	(1.554)
Publicidade e propaganda	(896)	(407)
Taxas e tributos	(101)	(222)
Depreciações e amortizações	(29)	(40)
Outras ²	28	(47)
	(21.278)	(21.245)

¹ Refere-se, principalmente, a prestação de serviços da Odontoprev Serviços (nota 22).

² Refere-se, principalmente, a reversão de multas administrativas.

20. Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	3.941	3.159
Outras receitas financeiras	225	152
Receitas financeiras	4.166	3.311
Tarifas bancárias	(739)	(527)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(59)	(50)
Descontos concedidos	(53)	(54)
Outras despesas financeiras ¹	(321)	(186)
Despesas financeiras	(1.172)	(817)
	2.994	2.494

¹ Refere-se, principalmente a taxa de administração de cartão de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	34.916	36.910
Alíquota vigente (%)	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(11.871)	(12.549)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:		
Provisão / (reversão) para perdas sobre créditos	123	(9)
Brindes	(68)	(6)
Provisão / (reversão) para ações judiciais	52	(20)
Participações no resultado	(91)	131
Provisões de comissões Despesas diferidas	(131)	(427)
Provisões / (reversões) diversas	(42)	-
Outras	10	(24)
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(12.018)	(12.904)
Inovação Tecnológica	123	-
Despesa de IRPJ e CSLL total	(11.895)	(12.904)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(112)	406
Despesa de IRPJ e CSLL total	(12.007)	(12.498)
Alíquota efetiva	34,4%	33,9%

22. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Operações da Companhia com suas partes relacionadas	Classificação Natureza	31/12/2025		31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2025		Exercício findo em 31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
		OdontoprevServiços	Vendas de Bens e Serviços Assessoria comercial	739	-	717	-	9.812	-
Brasildental	Despesas Serviços administrativos	-	748	-	726	-	(9.916)	-	(10.206)
Odontoprev	Planos odontológicos Corresponsabilidade assumida/cedida	5.638	-	4.346	-	(54.481)	-	51.762	-
Odontoprev	Outras receitas operacionais Receitas de assistência à saúde	9	-	9	-	104	-	102	-
Brasildental	Planos odontológicos Corresponsabilidade assumida/cedida	-	5.638	-	4.346	-	54.481	-	(51.762)
Odontoprev	Outras contas a receber Contingências cíveis.	-	-	10	-	-	-	-	-
Brasildental	Outras contas a pagar Contingências cíveis.	-	-	-	10	-	-	-	-
Total		6.386	6.386	5.082	5.082	(44.565)	44.565	61.968	(61.968)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém operações com empresas dos grupos Banco do Brasil e Bradesco, nos quais estão incluídas as acionistas da Companhia BB Seguros e Odontoprev respectivamente, conforme demonstradas a seguir:

Empresas relacionadas com o Banco do Brasil	Classificação Natureza	31/12/2025		31/12/2024		Exercício findo em		Exercício findo em	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	31/12/2025		31/12/2024	
						Receita	Despesa	Receita	Despesa
Banco do Brasil S.A.	Conta corrente	1.444	-	1.075	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Aplicação financeira	28.511	-	28.991	-	3.941	-	3.159	-
Banco do Brasil S.A.	Despesas de Comissões Custo de aquisição	128	-	-	-	-	(23)	-	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Despesas de Comissões Custo de aquisição	253	-	365	-	-	(4.389)	-	(1.819)
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Despesas antecipadas	-	-	24	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Provisões técnicas Prêmios/contraprestações não ganhas	-	167	-	169	-	-	-	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Comercialização sobre operações Comissões e agenciamentos	-	459	-	560	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Comercialização sobre operações Comissões e agenciamentos	-	84	-	173	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Administração de contas	-	64	-	69	-	(348)	-	(398)
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Força de vendas	-	582	-	634	-	(3.089)	-	(3.595)
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Despesas administrativas Administração de contas	-	34	-	-	-	(53)	-	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Despesas administrativas Força de vendas	-	314	-	-	-	(481)	-	-
Banco do Brasil S.A.	Contraprestações Planos odontológicos	-	-	-	-	30.220	-	29.661	-
Banco do Brasil S.A.	Despesas Financeiras Tarifa bancária	-	-	-	-	-	(565)	-	(527)
Pessoal-chave da administração	Contraprestações Planos odontológicos	-	-	-	-	4.123	-	2.859	-
		30.336	1.704	30.455	1.605	38.284	(8.948)	35.679	(6.339)
Empresas relacionadas com Banco Bradesco									
Bradesco Saúde S.A.	Despesas Administrativas Assistência médica - funcionários	-	-	-	-	-	(352)	-	(308)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas Administrativas Seguro de vida - funcionários	-	-	-	-	-	(6)	-	(7)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas Administrativas Previdência privada - funcionários	-	-	-	-	-	(51)	-	-
		-	-	-	-	-	(409)	-	(315)

23. Remuneração da Administração

A remuneração aos Administradores é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa encontra-se relacionado a seguir:

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Diretoria Estatutária	513	201
Pró-labore	445	163
Benefícios	68	38
Conselho de Administração	715	750
Pró-labore	715	750
	1.228	951

A Companhia não é patrocinadora de benefício pós-emprego (com exceção de plano de previdência complementar) ou de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	22.909	24.412
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais:		
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	1.061	1.166
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	82	(378)
Alienação de ativo não circulante e outros	-	65
Depreciações e amortizações	29	40
Variações monetárias, líquidas	58	37
Provisões para ações judiciais	3	8
Provisão para perdas sobre créditos	3.348	3.058
Imposto de renda e contribuição social	12.007	12.498
	39.497	40.906
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado	480	(1.303)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	(3.820)	(4.229)
Despesas de comercialização diferidas	(38)	(192)
Créditos tributários e previdenciários	(229)	224
Bens e títulos a receber	446	1.557
Despesas antecipadas	18	48
Realizável a longo prazo (não circulante)	(5)	13
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Débitos de operações de assistência à saúde	887	501
Provisões para Ações Judiciais	5	-
Tributos a recolher (obrigações fiscais)	8	(135)
Débitos diversos	355	(227)
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)	(222)	3
	37.382	37.166
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.350)	(11.910)
AUMENTO DE CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.032	25.256